

MIGRAÇÕES NO OESTE CATARINENSE: HISTÓRIA E ELEMENTOS EXPLICATIVOS*

Pedro Assumpção Alves
Lauro Francisco Mattei*****

Palavras Chave: Migração; Oeste de Santa Catarina; Economia Regional;

Resumo:

O presente trabalho explora a interface entre economia e demografia. Esta tarefa é realizada através de reflexões sobre as relações causais que explicam o dinamismo demográfico no Oeste catarinense. Esta região se caracteriza por seu recente processo de ocupação, baseado sobre a peculiar distribuição minifundista de terras. Na relação entre agricultura familiar diversificada e agroindústrias processadoras desenvolveu-se um dos mais importantes complexos agroindustriais brasileiros, no entanto, nos últimos anos transformações no ambiente econômico regional resultaram em um processo de evasão populacional. Abordando temas que envolvem a história da ocupação, a evolução dos padrões de mobilidade deste grupo social e as transformações no dinamismo da base econômica regional, buscou-se apontar os principais determinantes do atual quadro demográfico que se desenrola nesta região.

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

** Bacharel em Economia pela UFSC, estudante de Mestrado em Demografia pela UNICAMP\NEPO.

*** Professor do Curso de Graduação e Mestrado em Economia da UFSC.

MIGRAÇÕES NO OESTE CATARINENSE: HISTÓRIA E ELEMENTOS EXPLICATIVOS*

Pedro Assumpção Alves**
Lauro Francisco Mattei***

1- INTRODUÇÃO

O movimento de colonização da região Oeste de Santa Catarina foi intensificado somente a partir da década de 1940, sob um modelo fundiário de pequenas propriedades agrícolas. No primeiro momento, a ocupação esteve associada à exploração da madeira, cuja atividade extrativista deu os primeiros impulsos para a fixação de povoados na região. Juntamente com a instalação de novos núcleos de ocupação foram sendo desenvolvidas atividades agropecuárias que, em um curto período de tempo, assumiram o dinamismo econômico da região e a alçaram à posição de maior pólo agroindustrial do estado. Este movimento esteve associado ao estabelecimento das primeiras empresas agroindustriais na região. Pode-se dizer que no decorrer das décadas de 1960 e 1970 a competitividade regional foi construída a partir da relação entre as agroindústrias e a produção agrícola familiar diversificada, apoiados pelo Estado.

Este quadro alçou a região Oeste de Santa Catarina ao posto de 'modelo de desenvolvimento agrário' brasileiro. Isto se deu graças à distribuição agrária minifundista e à relativa distribuição de renda, existente entre os produtores.

No entanto, os anos 1980 e 1990 são marcados por dificuldades crescentes à manutenção da produção agrícola sob os moldes em que foi desenvolvida na região Oeste de Santa Catarina. Por um lado, fatores estruturais deram início a um processo de desarticulação entre o complexo agroindustrial e os agricultores minifundistas integrados. Por outro lado, e de maneira mais ampla, alguns fatores podem ser apontados para uma crescente descapitalização dos pequenos produtores, cujo principal resultado tem sido a diminuição progressiva da renda familiar provinda das atividades agrícolas.

Este trabalho busca explorar a interface entre a economia e a demografia. A partir do estudo das transformações nas cadeias produtivas de suínos e aves do Oeste Catarinense, são apontados os principais determinantes do atual dinamismo demográfico na região. Esta delimitação analítica esta pautada na importância relativa de tais cadeias na estrutura econômica regional.

Dessa forma, a hipótese teórica que orienta este trabalho é a de que o movimento migratório observado no Oeste catarinense está diretamente relacionado às transformações na estrutura produtiva regional. Estas transformações desagregam progressivamente a agricultura familiar como principal fonte de renda e emprego na região, sem a contrapartida de desenvolver formas alternativas para a ocupação dos contingentes de mão-de-obra excluídos.

Buscando corroborar esta tese, a próxima sessão apresenta os fundamentos teóricos sobre os quais buscaremos realizar a interface entre economia e demografia. Na sessão

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

** Bacharel em Economia pela UFSC, estudante de Mestrado em Demografia pela UNICAMP\NEPO.

*** Professor do Curso de Graduação e Mestrado em Economia da UFSC.

seguinte realizaremos uma breve apresentação da região, seguida de uma sessão em que é apresentado o desenho de seu atual dinamismo demográfico. Posteriormente, serão expostas as principais transformações na relação entre agroindústria e agricultores familiares nas cadeias produtivas de suínos e aves, bem como alguns determinantes estruturais do atual dinamismo demográfico do Oeste catarinense. Por fim serão realizadas as considerações finais deste trabalho.

2- FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Em grande medida o estudo da demografia pode ser encarado como tema relativamente recente dentro das ciências sociais¹. O primeiro trabalho orientado no sentido de uma definição de uma ordem geral segundo a qual as migrações tendem a ocorrer, foi o do demógrafo Ravenstein (1880). A partir de dados estatísticos referentes ao Censo Populacional do Reino Unido de 1881, este autor estabelece suas 'Leis da Migração', que podem ser descritas como tipologias sobre os tipos mais freqüentes de fluxos populacionais. Pode-se dizer que, para a ciência econômica, a grande contribuição deste demógrafo foi a de estabelecer que o motivo econômico é o principal 'motor' das migrações.

Assumindo o motivo econômico como o principal determinante das migrações, este trabalho se orienta na interpretação dos movimentos migratórios a partir do deslocamento de grupos sociais, buscando a determinação dos processos estruturais que induzem estes fluxos. Neste sentido, os fundamentos teóricos que orientam este trabalho são profundamente marcados pela teoria de Singer (1980), que busca estabelecer as interconexões entre as transformações no ambiente econômico e a mobilidade espacial dos grupos sociais. Em linhas gerais esta interconexão é estabelecida a partir de fatores de expulsão e atração, que estão presentes, respectivamente, nos locais de origem e destino. É importante salientar que, para Singer e outros autores de matriz teórica marxista, o processo migratório deve ser compreendido prioritariamente a partir das transformações ocorridas nas áreas de origem, ou seja por decorrência primordial dos efeitos de expulsão. Em seu turno, as correntes teóricas de matriz teórica neoclássica buscam compreender estes movimentos desde uma perspectiva individual, reservando importância relevante ao papel executado pelos fatores de atração dos locais de destino como geradores dos fluxos.

De qualquer forma, o desenvolvimento regional em escalas diferenciadas pode ser apontado como um dos maiores dinamizadores do processo migratório por decorrência do desenvolvimento capitalista. Esta análise, em grande medida, está relacionada ao esquema proposto por Myrdal de causação circular cumulativa, em que o desenvolvimento de determinada região potencializa a criação de outras atividades, em um processo de efeito em cadeia, através da difusão do progresso em um âmbito espacial restrito (MYRDAL, 1968). Esta proposição teórica pode ser utilizada como principal crítica às 'teorias neoclássicas tradicionais', que interpretam a migração a partir da teoria de alocação eficiente de recursos². Esta crítica se orienta no sentido de que o capitalismo não tem mecanismos que trabalhem no sentido de equalizar a distribuição de recursos ao longo do espaço, apontando que, na

¹ Hauser e Duncan (1975) afirmam que o estudo das populações se remonta à três séculos atrás e que em sua origem esteve diretamente associado ao desenvolvimento das teorias econômicas. Contudo, Lee (1980), afirma que o estudo específico das migrações se origina apenas com o trabalho de Ravenstein .

² Sjaastad (1980) está entre os autores que buscam analisar as migrações desde o prisma da alocação de recursos, encarando-a como um meio eficaz para promover uma distribuição eficiente dos recursos e, conseqüentemente, um nivelamento da renda entre regiões.

realidade, os mecanismos capitalistas se orientam em um sentido oposto, aprofundando as desigualdades.

Com o intuito de melhor caracterizar o processo que se desenrola nos locais de origem, Singer (1980) adota a seguinte classificação no que se refere aos fatores de expulsão:

- a) **fatores de mudança:** “que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”. (SINGER, 1980, p.224)

- b) **fatores de estagnação:** “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitáveis como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”(idem, p.224).

Singer (opt. cit.) afirma que, do ponto de vista econômico, os fatores de mudança têm sentido oposto aos de estagnação. Os fatores de mudança constituem fruto de incrementos na produtividade, através de modernizações técnicas da produção, enquanto os fatores de estagnação constituem resultado da incapacidade dos produtores de determinada região se adequarem ao processo produtivo. Os fatores de mudança resultam em êxodo massivo de populações do campo e tendem a reduzir a população da área rural. Por seu turno, os fatores de estagnação também levam a emigração populacional da área rural, no entanto mantendo o tamanho da população estagnado ou com baixo crescimento, promovendo unicamente o êxodo de parte do ‘excedente’ populacional, ou seja, parcelas referentes ao crescimento vegetativo acima da reposição do patamar de mão de obra empregada.

Esta dicotomia na classificação dos fatores de expulsão assume especial importância para a formulação de políticas que visem amenizar um processo de êxodo populacional. Isto se dá, pelo fato de que ações que favoreçam o desenvolvimento regional em áreas que apresentem efeitos de estagnação, podem acarretar em um aumento do êxodo, porque é possível que sejam inseridas melhorias técnicas e maior produtividade do trabalho, diminuindo o número de empregos na região. “A ironia da situação está no fato de que, deste modo, o desenvolvimento regional, que é originalmente concebido como forma de reduzir as migrações internas, acaba por intensificá-las.”(Singer, 1980, p.226).

De qualquer forma, a problemática da formação progressiva de populações marginalizadas, cuja causa preponderante tem sido apontada como um dos efeitos perversos de altas taxas de emigração, levou muitos investigadores a propor meios de diminuir os condicionantes a estes fluxos através da interrupção da modernização produtiva, principalmente a agrícola. A tese de Singer (1980) se orienta em outra direção:

“a solução da problemática não parece estar numa limitação do ritmo de desenvolvimento (aqui entendido como resultante do avanço tecnológico) com o fito de reduzir a intensidade, ainda que isto acarrete fluxos migratórios ainda maiores. Nada (a não ser as aparências) justifica a noção simplista que a marginalidade urbana decorre principalmente do número excessivo de migrantes que se fixem nas cidades.”(opt. Cit., p.235).

No que se refere aos efeitos da direção dos fluxos migratórios sobre a estrutura social das regiões de expulsão, deve ser feita uma importante observação: tanto os fatores de expulsão quanto os de atração têm efeitos diferenciados no que se refere aos diversos grupos sociais e, algumas vezes, provocam reações contraditórias. Isso quer dizer que deve ser assumido o entendimento de que as diferentes ‘classes sociais’ não são expostas da mesma forma, aos mesmos fatores. Em Singer (1980) já podemos observar esta preocupação de uma dinâmica social com múltiplos atores, em que existe um aparente caos, porém, interligado por uma dinâmica econômica única na qual os interesses são distintos, e as rotas³ de migração também.

“Assim, se numa determinada área a mecanização da agricultura reduz a sua demanda por mão-de-obra, os desempregados têm que migrar para outra área em busca de meios de vida. Estes desempregados que migram são, em sua grande maioria, ex-assalariados, diaristas, peões, isto é, constituem um grupo que não possui direitos de propriedade sobre o solo. Os proprietários e arrendatários não são forçados a migrar, num primeiro momento, embora alguns possam ser induzidos a fazê-lo mais tarde, por não possuírem os recursos necessários para acompanhar a mudança de técnica de produção. É de se esperar que haja aumento da produção e baixa dos preços, arruinando os pequenos estabelecimentos cujos custos de produção se mantêm mais elevados que os dos grandes que se mecanizam.”(opt. cit., p.236) .

A forma como são atingidos os jovens trabalhadores rurais, com baixo nível de instrução, e os jovens filhos de ‘classe média’, com maior nível de instrução, são bastante distintas. Pode-se dizer que os efeitos de atração que lhes atingem não são exatamente os mesmos, pois a escala de seus horizontes é distinta por que mudam-se as referências, ao ponto de os mesmos fatores desempenharem efeitos variados. Os trabalhadores rurais sem propriedade, quando atingidos por fatores de mudança, são os primeiros a se deslocarem. Em um primeiro momento, quando a tradicional orientação para o mercado de trabalho local já não apresenta expectativas de emprego (ou é observada clara debilitação do ambiente econômico), os fluxos são conduzidos ao pequeno horizonte que lhes representa as cercanias regionais. Ou seja, os fluxos tendem a se orientar para cidades próximas que apresentem melhor dinamismo econômico. Por outro lado, os setores mais instruídos, apresentam uma escala⁴ de horizontes diferentes: quando colocados frente ao mercado de trabalho percorrem deslocamentos mais largos, se orientando para regiões diferentes daquelas para onde se dirigiram os trabalhadores rurais.

3- PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA MESOREGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

³ Em Ravenstein já foi observado o fato de que as migrações são traçadas tendencialmente a partir de rotas conhecidas por antigos migrantes, porém deve ser feita a ressalva que dentro do marco teórico ‘marxista’ as rotas estão mais diretamente ligadas aos fatores de atração, afirmação acima está relacionada ao fato de que os diferentes ‘grupos sociais’ apresentam contatos distintos e possibilidades migratórias também distintas.

⁴ Essa é uma referência à discussão de Rosa Esther, no IV Encontro Nacional de Migração, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, sobre o papel das fontes de informação e da fluidez da comunicação, nas escalas percorridas pelos distintos migrantes.

Somente no século XX Santa Catarina tem a definição de seu espaço territorial e, conseqüentemente, de sua configuração sócio-espacial. No ano de 1916 é firmado o Acordo de Limites que estabelece os limites nacionais e internacionais do estado. Dos atuais 95.442,9km² que compõem a área geográfica catarinense, 29,8% foram somados a partir de 1916.

Pode-se dizer, que no século XX não é mais a imigração estrangeira o grande fator do crescimento populacional no estado de Santa Catarina, pois o ingresso de imigrantes europeus é de pequena expressão. Sem embargo, neste século a dinâmica demográfica catarinense está diretamente relacionada ao seu próprio crescimento vegetativo e ao deslocamento de migrantes provenientes principalmente do Rio Grande do Sul. Desta forma, no século XX a ocupação e o povoamento de Santa Catarina não são realizados no sentido Leste-Oeste, ou seja, do litoral em direção ao interior, mas sim, pelos meridianos, com fluxos provindos do Sul (Rio Grande do Sul) e do Norte (Paraná) (MIRA, 2000, p.127).

A região Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser colonizada no estado. A extração da madeira foi a primeira atividade econômica a dar impulso ao deslocamento populacional para esta área. Se fossemos desenhar um mapa da temporalidade da ocupação da região Oeste catarinense, segundo o modelo monetarizado⁵ que é instituído no início do século XX, partiríamos do Vale do Rio do Peixe, seguiríamos o Rio Irani, o Rio Chapecó e por último finalizaríamos no Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina. Pode-se dizer que as terras dessa região foram primeiramente ocupadas por caboclos e ‘bugres’⁶, que posteriormente eram substituídos por migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul (descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus).

Mira (2000) e Stropasolas (2002) apontam à existência de um padrão tradicional de comportamento migratório nas populações colonizadoras do Oeste⁷. Segundo este padrão, cada filho dos agricultores normalmente receberia ou compraria um lote de terra de tamanho proporcional ao que a família possuía. Este padrão migratório foi apontado como uma das principais razões da colonização do Oeste catarinense ter se estendido espacialmente sem o ingresso de novos imigrantes⁸.

Desde o princípio de sua colonização a região Oeste de Santa Catarina apresenta a peculiar característica de que suas terras foram colonizadas segundo um modelo minifundiário de estrutura agrária. A produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, como o cultivo de produtos básicos (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A existência dessa estrutura agrária minifundista, que em pouco tempo se tornou o centro dinâmico da economia da região, possibilitou a implantação e

⁵ A expressão ‘modelo monetarizado’ se refere a introdução da moeda como meio de troca, em substituição à formas primitivas como o escambo.

⁶ Nome regional dado aos mestiços de índios e brancos. Estes homens ocupavam as terras segundo um sistema de produção baseado quase exclusivamente em culturas de subsistência, praticamente não monetarizadas.

⁷ “A reprodução social da agricultura camponesa [...], gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento. Este deslocamento [...] inscreve-se no projeto de vida de famílias camponesas como uma continuidade” (Stropasolas, V. M. O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002, p.108).

⁸ Para corroborar esta tese, Goularti Filho (2002) afirma que a ocupação da região Oeste catarinense fez parte de um processo de ocupação que partiu do Rio Grande do Sul e alcançou o Norte do Brasil, passando pelo Paraná, o Centro-Oeste e alcançando o Sul do Maranhão. Sendo assim, a ocupação da fronteira agrícola brasileira foi o fruto do deslocamento de um grupo social de mesma origem.

o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses na década seguinte, que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial (esta relação será melhor explicada na sessão posterior).

Importante etapa na consolidação de Santa Catarina, e em especial, do Oeste catarinense como pólo produtor de produtos agropecuários, foi o processo de modernização da agricultura ali desenvolvido. A existência de uma produção familiar dinâmica já articulada ao processo de agroindustrialização, aliada à uma importante estrutura de suporte técnico montada pelo estado e ao importante parque agroindustrial catarinense, que no período já se encontrava em expansão, foram os principais fatores que elevaram a região à condição de liderança na produção e comercialização de produtos agropecuários. Os efeitos desta trajetória regional estão presentes na estrutura ocupacional da região até os dias atuais.

O setor primário é preponderante na região, sendo que a maioria dos municípios ainda mantém sua base produtiva assentada no mundo rural. A produção pecuária predominante é a de suínos e aves, e, entre os principais produtos agrícolas, se destacam o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, a soja, o fumo e algumas frutíferas. Vale ressaltar que muitos desses itens estão inseridos em outras cadeias produtivas, como, por exemplo, o milho e a soja, que são os principais componentes para a fabricação da ração de aves e suínos, que por sua vez são o principal insumo das agroindústrias processadoras de alimentos. De qualquer forma, o Oeste é a principal região de produção agroalimentar do estado.

O setor secundário, articulado às agroindústrias e às madeireiras, apresenta relativo dinamismo na região. Em termos de emprego, o setor industrial emprega cerca de 12% do total de postos de trabalho deste segmento produtivo no estado. O setor terciário é o de menor dinamismo na região, devido às características predominantemente agrárias da maioria dos municípios do Oeste. Somente nas cidades pólo o comércio atinge relativa proporção, como por exemplo, em Chapecó, Videira, Caçador e Concórdia (MATTEI & LINS, 2002, p.22).

4- TENDÊNCIAS RECENTES DO DINAMISMO DEMOGRÁFICO DA REGIÃO

De qualquer forma, é importante destacar que a região Oeste de Santa Catarina, apesar de sua ocupação datar de meados do século XX, apresentou elevados índices de crescimento populacional somente até a década de 1970. Para corroborar esta afirmação podemos observar a participação da região Oeste em relação à população total de Santa Catarina. No ano de 1970 aquela região atinge sua maior participação relativa no total do estado, com 26,3% da população de Santa Catarina, diminuindo paulatinamente sua participação nas décadas seguintes: 24,4% em 1991 e em 2000 atingindo apenas 20,93% do total do estado. Estes números não constituem fruto apenas de uma diminuição relativa da taxa de fertilidade desta região, pois os dados demográficos demonstram o contrário, que esta diminuição é fruto de movimentos migratórios em direção a novas áreas.

Quando analisada de forma agregada, a mesoregião Oeste apresenta uma dinâmica demográfica inferior a do estado de Santa Catarina. Seu crescimento populacional foi da ordem de 3,08%, no período de 2000 a 2004, caracterizando-se pela evasão populacional de 28.026 habitantes no decorrer destes anos. Chama a atenção o fato de que até o fim da década de 1970, a tendência demográfica do Oeste catarinense era expansiva, sendo que a inversão do fluxo ocorreu no início da década de 1980. Apesar dos números serem menos expressivos do que os apresentados atualmente, neste período esta região se configura como uma área emissora de migrantes

Quando analisamos a distribuição populacional na região Oeste de Santa Catarina podemos visualizar que esta apresenta uma maioria absoluta de municípios de pequeno porte. Dos 110 municípios desta mesoregião, 50% são formados por populações inferiores a 5.000 habitantes. Em contrapartida, estes municípios só representam 15% do total populacional. Por outro lado, a concentração populacional nos dez municípios mais populosos é bastante clara, atingindo o patamar de 46% do total da população mesoregional, no ano de 2004.

Esta desigualdade se faz presente na orientação dos fluxos migratórios, pois observa-se que o conjunto dos dez maiores municípios do Oeste, centralizam cerca de 70% dos fluxos que se destinaram a esta mesoregião. Podemos ilustrar a tese de concentração nos pólos, isolando a participação dos quatro municípios mais populosos no total da população mesoregional: Chapecó (15%), Caçador (6%), Concórdia (6%) e Videira (4%). Nestes municípios, o patamar de concentração de 31% é superior àquele encontrado nos 4 maiores municípios mais populosos de Santa Catarina. De todas as formas, é válido observar a importante concentração na cidade de Chapecó, que além de reunir cerca de 15% da população mesoregional, foi o município que recebeu o maior aporte de migrantes no período de 2000-2004: cerca de 50% do fluxo que se dirigiu a cidades do oeste catarinense.

Mudando o foco da análise e tentando delimitar a configuração espacial do movimento demográfico na mesoregião Oeste - e buscando também observar este movimento segundo a classificação estabelecida pelo atual governo catarinense -, apresentamos a análise na perspectiva das Secretarias de Desenvolvimento Regional⁹ (SDRs).

Tabela 1
Migrações no Oeste segundo as SDRs.

	População - 2000	População - 2004	Diferença 2000/04	Saldo Natural (nascidos vivos - óbitos)	Saldo Migratório
Mesoregião Oeste					
SDR – Chapecó	189.782	207.070	17.288	11.585	5.703
SDR – Caçador	96.205	104.756	8.551	7.216	1.335
SDR – Videira	95.973	103.369	7.396	6.452	944
SDR – Joaçaba	112.217	118.394	6.177	5.678	499
SDR – Xanxerê	133.483	140.598	7.115	8.899	-1.784
SDR – Concórdia	142.086	145.662	3.576	5.911	-2.335
SDR - Dionísio Cerqueira	50.576	48.680	-1.896	2.805	-4.701
SDR – Palmitos	63.479	60.004	-3.475	2.094	-5.569
SDR – Maravilha	69.484	66.854	-2.630	3.496	-6.126
SDR - São Lourenço D'Oeste	67.828	64.181	-3.647	4.145	-7.792
SDR - São Miguel D'Oeste	100.199	96.290	-3.909	4.291	-8.200
TOTAL	1.121.312	1.155.858	34.546	62.572	-28.026

Fonte: Construção própria a partir de dados do MPSC, PNUD, IBGE.

⁹ A opção pela divisão territorial segundo as Secretarias de Desenvolvimento Regionais foi tomada buscando facilitar a operacionalização deste trabalho em concordância com o atual plano de descentralização administrativa do governo de Santa Catarina, que realizou um agrupamento territorial reunindo grupos de municípios.

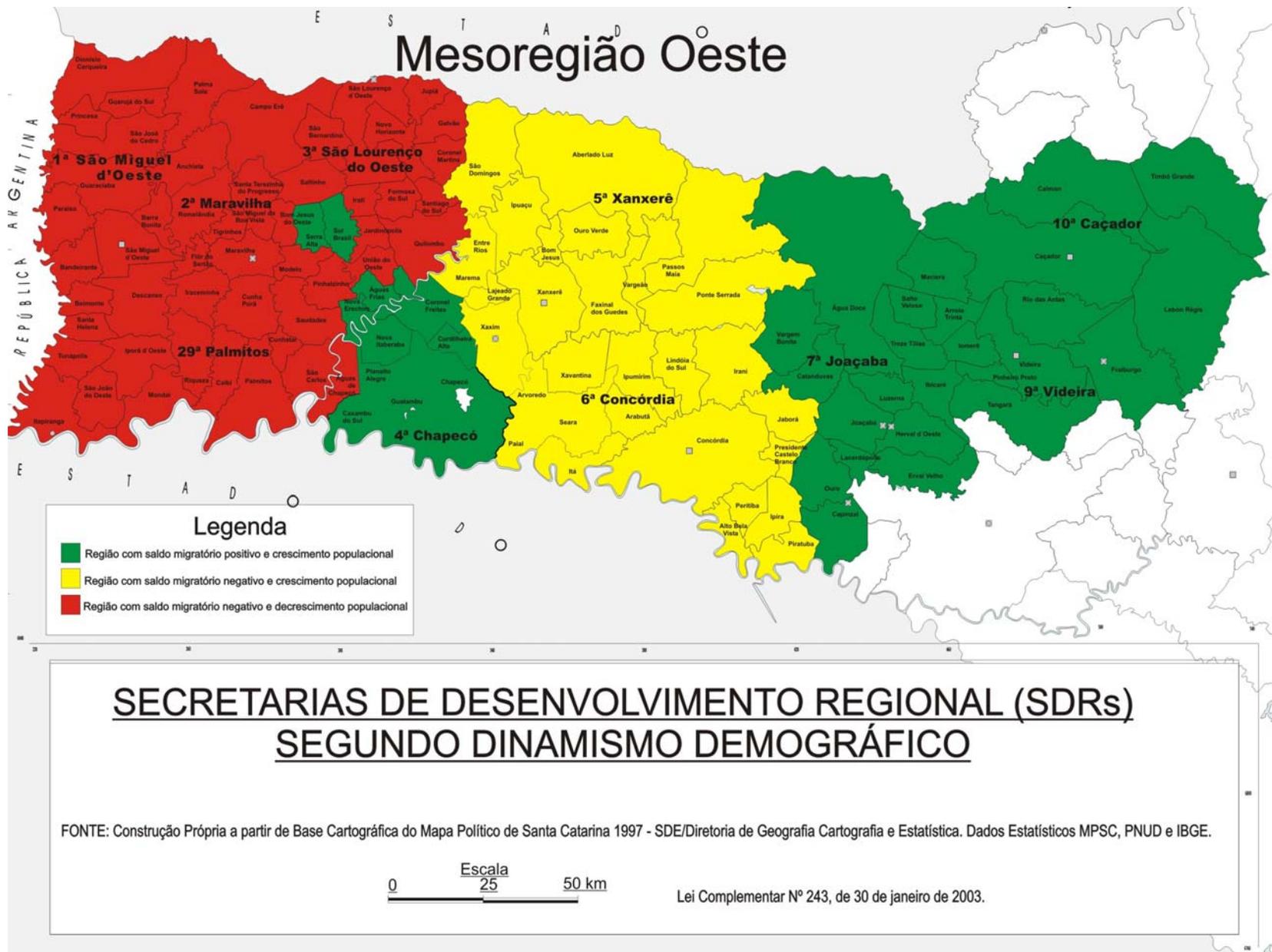
Os dados apresentados na tabela 1 nos permitem desenhar um esboço do quadro formado pelo movimento demográfico recente, o qual ilustra como têm se orientado o fluxo migratório nesta mesoregião. Como podemos observar, existe um hiato claro entre algumas regiões que recebem um grande fluxo de pessoas e algumas regiões que estão se configurando como ‘emissores populacionais’. Assim, das onze SDRs que formam esta mesoregião, sete estão perdendo população. Em linhas gerais podemos dividir o movimento demográfico, descrito pela tabela acima, em três grupos distintos:

O primeiro grupo é formado por quatro SDRs que apresentam crescimento populacional positivo e fluxo de movimento migratório também positivo –Chapecó, Caçador, Videira e Joaçaba. De qualquer forma, estas SDRs formam um contraste ao movimento observado no conjunto da mesoregião, fato que acena para a possibilidade de que tais SDRs podem estar se configurando como um espaço de destino dos fluxos gerados nas demais áreas. Entretanto, vale ressaltar que o dinamismo demográfico dessas SDRs não tem conseguido atrair nem $\frac{1}{4}$ do fluxo de migrantes da mesoregião.

O segundo grupo é formado por duas SDRs que apresentam fluxos de movimento migratório negativo, porém, apresentam um crescimento populacional positivo – Xanxerê, Concórdia. Esta situação é decorrente do saldo natural (nascidos vivos - mortos) suplantarem o êxodo populacional nessas SDRs. Ou seja, estas regiões ainda conseguem suprir sua taxa negativa de migração através de seu crescimento vegetativo.

O terceiro grupo é formado por SDRs que vêm sofrendo diminuição bruta de sua população, através de taxas negativas de migração e decréscimo populacional. Este é o grupo com o maior número de SDRs: Dionísio Cerqueira, Palmitos, Maravilha, São Lourenço D’Oeste e São Miguel D’Oeste. Merece destaque o fato de que, com exceção da SDR de São Miguel D’Oeste, este terceiro grupo é formado por SDRs de pequeno porte populacional, onde não existem grandes centros urbanos que possam concentrar os fluxos migratórios provindos dos municípios menores.

O mapa 1 permite uma visualização espacial do movimento demográfico no Oeste de Santa Catarina. Como podemos observar neste mapa, o dinamismo demográfico desta mesoregião é diretamente relacionado à distribuição espacial da população, no sentido de que o êxodo se torna mais intenso conforme nos deslocamos para as SDRs ao Oeste. O mapa abaixo pode ser relacionado ao movimento de ‘litoralização’ do estado, ilustrando-o de forma bastante didática, segundo a gradual dispersão dos migrantes. As SDRs que apresentam perda bruta de população no período 2000-2004 se encontram na região do extremo Oeste e conforme nos deslocamos para o Leste a situação demográfica passa a ser mais atenuada. As duas SDRs que apresentam evasão populacional, mas que sua população segue apresentando crescimento estão no centro da mesoregião. Por fim, as regiões que se configuram como áreas de destino dos fluxos populacionais estão localizadas ao Leste. A única exceção a este esquema, é a SDR de Chapecó, cujo dinamismo demográfico reflete o papel de centro econômico regional.



A tabela 2 relaciona alguns dados referentes às condições sócio-econômicas das distintas SDRs da mesoregião Oeste e seus respectivos dinamismos demográficos, estes dados permitem a realização de uma análise que busca correlacionar os saldos migratórios e o panorama sócio-econômico.

Tabela 2
Dinâmica Demográfica e Condições Sócio-econômicas das SDRs do Oeste de Santa Catarina

	População (2004)	Saldo Migratório (2000–2004)	Taxa de urbaniz. (2000)	Renda per capita (2000) (R\$)*	População sem Renda suficiente (2000)
Mesoregião Oeste					
SDR – Chapecó	207.070	5.703	77,9%	255	15,25%
SDR – Caçador	104.756	1.335	74,4%	191	22,07%
SDR – Videira	103.369	944	77,5%	286	13,58%
SDR – Joaçaba	118.394	499	71,9%	309	13,29%
SDR – Xanxerê	140.598	-1.784	61,6%	240	22,88%
SDR – Concórdia	145.662	-2.335	55,6%	275	12,69%
SDR - Dionísio Cerqueira**	48.680	-4.701	-	-	-
SDR – Palmitos	60.004	-5.569	46,6%	276	15,06%
SDR – Maravilha	66.854	-6.126	49,9%	198	19,40%
SDR - São Lourenço D'Oeste	64.181	-7.792	47,7%	224	25,95%
SDR - São Miguel D'Oeste	96.290	-8.200	49,3%	195	20,70%
TOTAL	1.155.858	-28.026	61,2%	245	18,08%

Fonte: ICEPA, Secretário do Estado do Planejamento (2003).

* Dados arredondados para baixo.

** A SDR de Dionísio Cerqueira foi criada depois de 2003, por este motivo não haviam dados disponibilizados para este conjunto de municípios separadamente, os dados relativos a esta SDR estão incorporados na SDR de São Miguel D'Oeste.

A primeira observação pertinente, diz respeito à alta correlação entre taxa de urbanização e fluxo migratório positivo. Esta afirmação é corroborada pela tabela acima, pois as quatro SDRs com maior taxa de urbanização, são as mesmas SDRs que apresentam saldos migratórios positivos. Neste sentido, é possível indicar que os fluxos migratórios nesta região se constituem, em grande medida, em um movimento de êxodo rural.

Por outro lado, podemos perceber uma tímida correlação entre os níveis de renda per capita das distintas regiões e os fluxos migratórios. Por fim, tais fluxos não parecem estar relacionados à porcentagem de população que se encontra na faixa de renda considerada insuficiente pelo ICEPA.

Neste momento é importante inserir uma discussão sobre as mudanças nos padrões de deslocamento populacional. Carlos Vainer, pesquisador do IPPUR, no IV Encontro Nacional Sobre Migrações da ABEP (2005), realiza interessante indagação sobre a causalidade entre as transformações na estrutura organizacional da sociedade e as mudanças nos padrões migratórios. Sua linha de argumentação dialoga com o trabalho realizado por Ravenstein, no que diz respeito aos padrões de mobilidade que este pesquisador encontrou no Reino Unido no fim do séc. XIX. Ravenstein argumenta no sentido de que estes padrões sofrem transformações que se relacionam à realidade

em que as diferentes sociedades estão inseridas¹⁰. Dessa forma, se é certo que diferentes localidades apresentam diferentes padrões de mobilidade, também é certo que uma mesma localidade pode apresentar diferentes padrões de mobilidade no decorrer do tempo, conforme as mudanças em sua realidade social.

Como dito anteriormente, Mira (2001) e Straposolas (2002) descrevem um padrão migratório para o grupo social que ocupou as terras oestinas. Segundo o qual as gerações mais recentes tendiam a buscar espaços de terras que lhe propiciassem a mesma rentabilidade daqueles ocupados por seus pais. Se verificássemos a manutenção deste padrão migratório, seria possível afirmar que estes movimentos migratórios são o fruto desta forma de mobilidade. No entanto, devemos levar em conta o fato de que as décadas de 70 e 80, também foram palco de importantes transformações no campo brasileiro, e Santa Catarina não foi exceção. Neste último caso, por exemplo, as dificuldades do acesso à terra em um universo em que as fronteiras agrícolas se encontram quase que totalmente esgotadas, se traduz em um importante impulso à mudanças neste padrão migratório. Por esta razão é preciso ter cautela ao realizar qualquer afirmação que nos leve a conclusões parciais, como a que realizamos linhas acima.

O trabalho de Abramovay¹¹ (2001) indica algumas mudanças neste padrão de mobilidade. O quadro a seguir representa uma síntese do universo agrário a partir da perspectiva dos jovens agricultores, filhos de pequenos proprietários rurais.

Tabela 3
Opinião dos rapazes quanto ao seu futuro como agricultor (%)

Respostas	TOTAL	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
Gostaria de ser agricultor e é certo que será agricultor	38	62	44	22
Prefere outra profissão	12	14	7	16
Desejaria ser agricultor mais vê dificuldades	31	19	26	41
Não sabe se será agricultor porque não pensou nisso	6	5	14	0
Não deseja ser agricultor	13	0	9	21
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: ABRAMOVAY (2001)

¹⁰ Participando deste debate, Rosa Esther (FFLCH-USP) afirma que os padrões de mobilidade estão diretamente relacionados ao acesso à informação [informação sobre o panorama geral da economia, informação sobre diferentes localidades, etc.]. IV Encontro Nacional Sobre Migrações da ABEP, Rio de Janeiro, novembro de 2005.

¹¹ É importante ressaltar que o referido trabalha apenas com os agricultores que ainda se encontram no mundo rural, através de importante pesquisa de campo estes autores tentam abordar os diferentes temas referentes à permanência dos jovens no campo. Os questionários foram realizados em estabelecimentos com diferentes níveis de renda, em que foram classificados em três categorias, capitalizados (estabelecimentos com maior renda per capita), transição (estabelecimentos em processo de descapitalização e marginalização) e descapitalizados (estabelecimentos marginalizados com renda próxima ou abaixo do nível de subsistência). ABRAMOVAY, R.(org); SILVESTRO, M.L.; MELLO, M.ª; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

Como podemos observar na tabela 3, um importante percentual de jovens do sexo masculino tem desejo de continuar na agricultura (31%), porém vê dificuldades na concretização deste desejo por conta da realidade produtiva e social em que estão inseridos. Chama atenção o importante fato de que as respostas variam em relação diretamente proporcional às condições de reprodução da propriedade dos pais, tanto no que se refere ao desejo de permanecer na agricultura quanto à sua opinião sobre a concretização deste desejo. A opção pelo universo rural estaria diretamente relacionada à realidade em que estes jovens estão inseridos. A tabela 2 nos permite visualizar como o grau de instrução do jovem rural também funciona como importante fator para o julgamento sobre o ato de permanecer no mundo rural, ou optar pelo mundo urbano.

Tabela 4
Tendo em vista a escolaridade, onde os jovens do campo acham que tem as melhores oportunidades (dirigida aos rapazes) (%)

Respostas	TOTAL	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
No meio rural e na agricultura	72	81	81	61
No meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas	13	14	7	17
Na cidade, mas com a renda principal de atividades agrícolas	2	0	2	2
Na cidade, em atividades da cidade (serviço, ind., etc.)	13	5	10	10
Total	100	100	100	100
Número de Respostas	109	21	42	46

Fonte: ABRAMOVAY (2001)

Como podemos observar, os rapazes apresentam certo nível de consciência, no que se refere ao grau de instrução como forma de inserção no meio urbano. Quando os jovens ‘rurais’ encaram a possibilidade de migrar para as cidades, nada menos do que 71% dos entrevistados julgam que ‘considerando o seu grau de instrução’ têm melhores oportunidades na agricultura do que nas cidades. Dessa forma, o ato de migrar para a cidade e a “possibilidade de inserção urbana [são encarados] com bastante ceticismo pelos rapazes”(ABRAMOVAY, 2001, p.46).

Entretanto existem divergências de grandes dimensões no que se refere ao gênero, para as ambições dos jovens entrevistados. Quando as duas perguntas citadas foram realizadas com mulheres, apenas 38% responderam que gostariam de ser agricultoras e somente 54% acreditam que “considerando o seu grau de instrução” têm melhores oportunidades na agricultura. Dessa forma, a pesquisa de Abramovay (2001) parece corroborar, para o caso do Oeste catarinense, a tese de Ravenstein (1980), segundo a qual as mulheres migram mais do que os homens.

Por fim, vale ressaltar que apesar do perfil dos entrevistados demonstrar que grande parte dos jovens do sexo masculino ainda desejam permanecer na agricultura, são as cidades que apresentam grande dinamismo demográfico nos últimos anos, em detrimento das áreas tradicionalmente agrícolas, o que nos leva a intuir que grande parte desses jovens são levados a migrar por efeitos de expulsão. Em seu texto Mira (2000) afirma que, em 1991, cerca de 36% da população catarinense vivia fora de seu local de origem e que a maior parte dos migrantes, que se deslocam dentro do estado, se

dirigiam às cidades. “Em 1970, dos habitantes urbanos 49% eram migrantes, e que em 1991 [este número] atinge mais de 70%” (MIRA, 2001, p.133).

5 - ELEMENTOS EXPLICATIVOS DO ATUAL MOVIMENTO MIGRATÓRIO NO OESTE CATARINENSE

Esta sessão tem especial importância na constituição do presente trabalho por representar o ponto de convergência entre a demografia e os processos econômico-sociais que se desenrolam na região em foco. Segundo Wilson Cano¹² esta faina representa o tema de maior esforço na tarefa de um economista que se dispõe a estudar a demografia. Buscando maior precisão, definimos como elementos explicativos do dinamismo demográfico, os fatores econômicos condicionantes que julgamos de maior relevância na constituição (e reconstituição) dos padrões migratórios da região Oeste de Santa Catarina. Dialogando com o marco teórico desenvolvido por Paul Singer, em um sentido amplo, poderíamos identificar os elementos explicativos como os principais fatores de expulsão (ou atração) que estão presentes no dinamismo econômico regional.

Pode-se dizer que as transformações na relação entre a agricultura familiar e as agroindústrias, engendrando contínua concentração do número de suinocultores e avicultores, é um dos principais determinantes do atual dinamismo demográfico no Oeste catarinense, ou seja, se constituindo como um dos principais efeitos de expulsão nesta região.

A relação entre os agricultores familiares e as agroindústrias se dá, preponderantemente, através dos sistemas de integração. Estes sistemas foram implantados na região ao longo da década de 1960, inicialmente na avicultura e, posteriormente, na suinocultura.

A Sadia Concórdia foi a precursora deste sistema, desenvolvendo-o no início da década de 1950, quando lançou o programa ‘Fomento Agropecuário’. Este programa pode ser resumido como uma forma alternativa de integrar verticalmente sua produção de matérias-primas e sua indústria de transformação, sem lançar mão da aquisição dos estabelecimentos produtores de matéria prima. A forma como esta integração foi desenvolvida se deu através de um acordo ‘mútuo’ de garantias de produção e comercialização, que estava assentado em contratos de compra e venda de insumos, como leitões, assistência técnica e rações (GRIEBELER, 2002, p.46).

Porém, é a partir da implantação do crédito rural e com a expansão do mercado consumidor (ao longo da década de 1960) que o programa de fomento agropecuário difunde-se aceleradamente, incorporando cada vez mais agricultores ao sistema de integração (SILVESTRO, 1995).

Alguns estudos apontam que o sistema de integração foi, e continua sendo, um dos principais elementos responsáveis pelo incremento da competitividade das agroindústrias catarinenses. No limite, esta forma de relação organizacional pode ser comparada às mais modernas organizações flexíveis, em que a planta principal transfere para os demais elos da cadeia os principais riscos envolvidos no processo produtivo, bem como uma importante soma de encargos sociais e trabalhistas. Porém, centralizando os elos que envolvem maior agregação de valor, destacando-se o processamento industrial e a comercialização.

O sistema de integração passou por distintas fases, desenvolvendo-se de forma gradativa, iniciando-se como uma adequação da demanda industrial às condições econômico-produtiva dos agricultores. Mas que em um segundo momento, assumiu

¹² IV Encontro Nacional de Migrações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

uma forma em que as agroindústrias passam a dinamizar o processo, impondo as formas de relacionamento aos demais integrantes da cadeia, bem como os padrões produtivos, os prazos e preços finais (GRIBELER, 2002, p.47).

De qualquer forma, pode-se dizer que até 1980 existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento das atividades agropecuárias da região. Havia a absorção gradativa de novos produtores integrados, além de um ambiente produtivo em que “o agricultor gozava de uma relativa autonomia no processo decisório, já que podia organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores.” (MIOR, 2005, p.86).

O intenso processo de reestruturação agroindustrial, iniciado nos anos de 1980, desembocou em um ambiente de crise no relacionamento entre as agroindústrias e a produção familiar, na região Oeste do estado de Santa Catarina. Pode-se dizer que a introdução de novas tecnologias, o crescimento progressivo das escalas de produção e as mudanças na organização produtiva, passaram a minar gradativamente a tradicional forma de inserção da agricultura familiar. Uma das formas como este processo se desenrolou foi a descaracterização da produção de ciclo completo. No caso da suinocultura e da avicultura, isso quer dizer que as distintas fases da produção passam a ser desmembradas entre diferentes estabelecimentos produtivos, cujo principal resultado para os produtores foi a perda de autonomia e a concentração produtiva. A necessidade de aumentar as escalas produtivas para atender as especificações das empresas integradoras também pode ser caracterizada como uma forma de excluir alguns estabelecimentos menos capitalizados do processo produtivo.

“Com este processo, a incorporação de produtores, típica do período anterior aos anos de 1980, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares. De um total de 67 mil suinocultores em 1980, restaram cerca de 20 mil em 1995 [na região Oeste de Santa Catarina.”(ibid, p.87) .

Tabela 5
Número¹³ de produtores suínos e o efetivo segundo estrato de animais, em Santa Catarina, em 1995-96 e 2003.

Número de animais	Censo agropecuário 1995-1996				LAC 2003			
	No. de produtores	%	No. de animais	%	No. de produtores	%	No. de animais	%
Menos de 10	87.074	66,6	310.592	6,8	34.705	63,4	121.192	2,1
De 10 a menos de 50	30.301	23,2	566.222	12,5	10.052	18,2	202.800	3,7
De 50 a menos de 200	8.617	6,6	835.599	18,4	3.000	5,5	377.728	6,7
De 200 a mais	4.827	3,7	2.823.158	62,2	6.954	12,7	4.956.792	87,5
Total	130.819	100	4.535.571	100	54.711	100	5.664.512	100

Fonte: ICEPA. Censos Agropecuários de 1995-96. Levantamento Agropecário de Santa Catarina 2003.

Os números da tabela 5 apresentam importante diminuição no total de suinocultores durante o período em questão. No entanto, observa-se um aumento de cerca de 24,9%, na produção de suínos no estado. Esta aparente contradição é explicada pela intensa concentração produtiva no setor, expressada pelo aumento percentual da

¹³ Vale ressaltar que existe uma importante diferença metodológica na apreensão de dados entre os Censos do IBGE e do LAC de Santa Catarina.

participação de estabelecimentos com mais de 200 animais, acompanhado da diminuição do número de estabelecimentos com menos de 10 animais e daqueles que detinham entre 10 e 50 animais.

Pode-se afirmar que este movimento está relacionado ao crescimento das escalas de produção dos integrados às agroindústrias catarinenses. Em grande medida, os elementos que estão conjugando nesta direção são: a adoção de novas estratégias produtivas por parte das agroindústrias; não adequação dos pequenos estabelecimentos às técnicas organizativas e aos novos equipamentos que estão sendo utilizados na produção de suínos.

De qualquer forma, no que se refere às formas como a agroindústria se relaciona com os produtores de suínos, pode-se dizer que o sistema de integração segue o modelo exposto por Griebeler (2002, p. 50 e 51).

Às agroindústrias cabe:

- Fornecer matrizes
- Fornecer assistência técnica
- Fornecer rações e alimentação para os animais
- Transportar alimentos e rações para os animais, assim como transportar a produção
- Encarregar-se da comercialização e determinação de preços finais de compra

Aos produtores cabe:

- Obedecer rigorosamente às normas difundidas pela assistência técnica, caso contrário prevê-se a rescisão do contrato
- Permitir livre acesso dos técnicos da empresa para acompanhamento do processo de produção
- Arcar com as despesas com serviços de tratamento, aquecimento e cuidados com os animais
- Oferecer mão de obra necessária, tanto sua, como da família ou de terceiros¹⁴
- Criação e terminação em prazos predeterminados pela agroindústria

Ainda segundo este trabalho, onde Griebeler se baseia em um artigo de Gomes et all (1992), as vantagens apontadas para o sistema de integração foram expostas como:

- a) apresentar maior segurança e menor risco ao suinocultor. Sendo que, em relação ao preço, ofereceria maior segurança em períodos de crise;
- b) promover melhor gerenciamento do setor, respostas mais eficientes frente as mudanças no mercado, maior eficiência e produtividade na produção agropecuária;
- c) Permitir superar a falta de capitalização do agricultor.

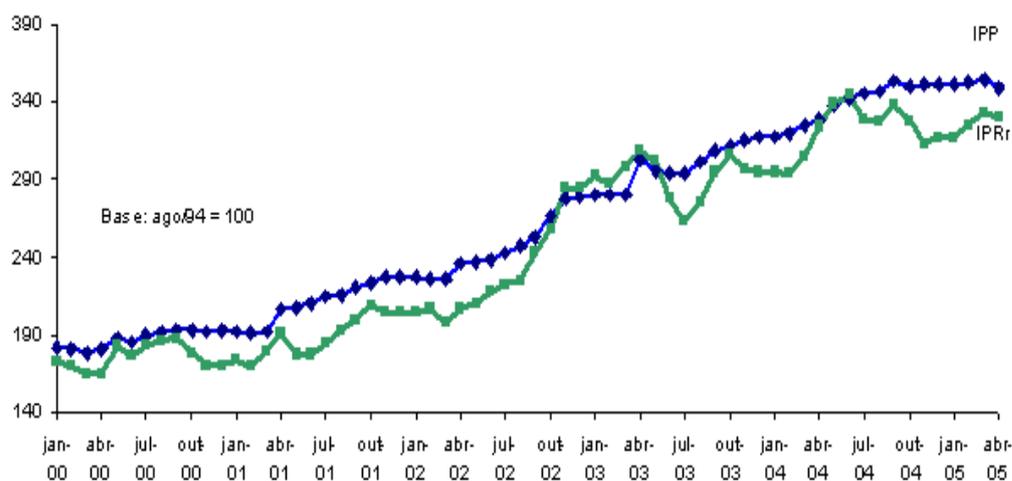
¹⁴ No caso de contratação de mão de obra, responder pelos encargos sociais e trabalhistas.

No que se refere ao processo de transformação da relação entre agroindústria e produtores familiares, pode-se dizer que as estratégias das agroindústrias estão convergindo para uma redistribuição espacial da produção pecuária e de suínos. Sendo que a prioridade tem sido dada no sentido de produtores com maiores escalas e localizados nas proximidades das plantas industriais.

“Suas estratégias de concentração e intensificação da atividade têm provocado exclusão de agricultores, degradação de recursos naturais, especialmente de água e do solo, e esvaziamento de comunidades rurais. O chamado processo de ‘expansão vertical’ praticado pelas grandes agroindústrias pressupõe mecanismos crescentes de automação e redução de custos, obrigando a intensificação mais rápida da produção, aumentando a pressão sobre as unidades familiares e, no limite, levando ao seu desaparecimento.”(SHMIDT, 2003, p.267).

Também é importante ressaltar que outros fatores também conjugam em direção a este quadro de evasão populacional das áreas de agricultura familiar. Como por exemplo a restrição de crédito para a agricultura no decorrer das décadas de 1980 e 1990. No que se refere ao caso particular do Oeste catarinense, outro fator com grande influência sobre a desarticulação da agricultura familiar como forma de reprodução social, é a contínua queda na rentabilidade dos produtos tradicionalmente produzidos nesta área. Corroborando esta afirmação podemos visualizar o gráfico abaixo.

Gráfico 1
Índice de Preços Pagos (IPP) e Índice de Preços Recebidos (Reduzido) (IPRr) pelos Agricultores Catarinenses - Base: Ago/94=100



Fonte: Epagri/ICEPA – Centro de Estudos de Safras e Mercados.

Como podemos observar no gráfico 1 a atividade agrícola apresentou aumento de rentabilidade apenas em curtos períodos da série temporal apresentada acima, no restante do período pode ser observada uma contínua desvalorização dos preços agrícolas, frente aos custos relacionados a esta atividade. Este quadro parece corroborar a análise de que apenas os estabelecimentos com maior capitalização tem condições de permanecer na atividade, enfrentando os períodos de baixa rentabilidade.

Por fim, vale ressaltar mais uma vez o papel das transformações na relação entre as agroindústrias catarinense e os estabelecimentos agrícolas familiares como principal fator de expulsão de contingentes populacionais da mesoregião Oeste de Santa Catarina. Como demonstrado na tabela 5, esta região vêm apresentando um processo de contínua concentração produtiva nos estabelecimentos de maior porte. Este quadro vêm de encontro aos interesses das empresas integradoras, engendrando a marginalização contínua dos estabelecimentos de pequeno porte, que não têm capital para alcançar as escalas produtivas requeridas atualmente por tais empresas. Este processo de exclusão contínua tem como principal resultado a atual mobilidade desenhada na região, onde os municípios com características tipicamente agrícolas apresentam elevadas taxas de emigração, e os municípios com maior grau de urbanização se constituem como destino dos fluxos.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interface entre economia e demografia transparece como terreno de grande fertilidade. No entanto, ao longo do trabalho transpareceram algumas lacunas, que poderiam ser mais densamente exploradas, para uma melhor compreensão dos movimentos migratórios e auxiliar na aproximação entre a economia e a demografia.

A principal delas se refere às particularidades envolvidas em qualquer fluxo populacional. Quando nos referimos à mobilidade espacial de pessoas, transparece a inaptidão dos instrumentais econômicos para compreender a real natureza dos fluxos. Buscando contornar esta problemática, este trabalho dedicou uma sessão à compreensão da trajetória histórica do lugar em foco, bem como de algumas características sociológicas que estão presentes neste grupo social.

Contudo, pode-se afirmar que foram apontados os principais determinantes estruturais que condicionam o atual dinamismo demográfico catarinense. Dentro deles, fica evidente o amplo espaço de debate existente no sistema de relacionamento entre as agroindústrias e os produtores agrícolas, bem como entre as agroindústrias e o sentido de localidade/territorialidade em que estão inseridas.

a problematização dos fluxos migratórios se constitui em tarefa primordial na conclusão deste trabalho, pois dentro do atual panorama sócio-econômico da região Oeste, a evasão populacional transparece como um processo em continuidade. De certa forma, a evasão populacional, em muitos casos, se constitui como alternativa à miséria no campo. Como apontado anteriormente, em 1996, cerca de 28 % dos estabelecimentos agrícolas da região Oeste se encontravam na faixa de exclusão, com sérias dificuldades para a viabilização econômica. No entanto, grande parte dos migrantes deixam o campo para 'engordar' os cinturões de miséria das cidades. Neste sentido, quais as políticas públicas mais corretas a serem implementadas?

Está claro que as políticas devem estar direcionadas à viabilização da atividade no campo, porém deve ser realizado um direcionamento à quais estabelecimentos agropecuários: os que são mais economicamente viáveis, ou aqueles em franca exclusão, que são a origem principal dos fluxos? Também devem ser implementadas políticas de capacitação profissional para os jovens, visando maiores chances de inserção no mercado de trabalho das cidades. Porém, tais políticas não são formas de incentivar a evasão? Qual a alternativa de renda dos migrantes quando chegam às cidades? A miséria na cidade é pior que a miséria no campo?

Estas são algumas das questões que devem ser tratadas quando o assunto das migrações no Oeste catarinense é abordado. O intuito maior deste trabalho foi contribuir para a compreensão do processo, apontando direções na resolução das questões acima.

Por fim, pode-se dizer que o presente trabalho permitiu a delimitação da região Oeste como uma área de origem de fluxos populacionais. No entanto, para responder as questões colocadas acima, seria necessário estudar as regiões que estão se configurando como áreas de destino dos fluxos migratórios. Dessa forma, vale dizer que estas são algumas sugestões para futuros estudos que venham abordar a problemática das migrações em Santa Catarina desde uma perspectiva dos determinantes econômicos que a influenciam.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et all. Juventude e Agricultura Familiar: desafios e propostas. ---, 1998.

ABRAMOVAY, R.(org); SILVESTRO, M.L.; MELLO, M.^a; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001

ANDRADE, T.A.; SANTOS, A.M.S.; SERRA, R.V. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96. Anais do XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu, 2000.

BCB. Banco Central do Brasil. Departamento de Gestão do Sistema Financeiro. DEFIN. Acessado em 29/01/2006.

BERQUO, S. A Evolução Demográfica Brasileira Durante o século XX. Texto para discussão, NEPO. UNICAMP. Campinas, 2005.

CAMPOS et all. Reestruturação Industrial e Aglomerações Setoriais Locais em Santa Catarina. In VIEIRA, P. F. (org.). A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002.

CUNHA, I.J. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992

GOULART, G.G. A Influência do Crédito Rural na Agricultura de Santa Catarina no Período de 1980 a 1999. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2001.

GOULARTI Filho, A. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GRIEBELER, J. A Exclusão Agropecuária no Oeste Catarinense: o caso da suinocultura no período de 1994/2001. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2002.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração, Desemprego e Desenvolvimento: análise em dois setores. In MOURA, H. A. (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

HEIDEN, F. et all (2006). Indicadores da evolução do setor agrícola catarinense - dados preliminares

ICEPA. Síntese Agropecuária 2004/2005.

ICEPA. www.icepa.com.br. Indicadores econômicos, acessado em 01/02/2006.

IV Encontro Nacional de Migração. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Novembro de 2005.

LEE, E. S. Uma Teoria sobre a Migração. In: MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

MATTEI, L. F.; LINS, H. N. A Economia Catarinense Rumo ao Século XXI. Texto para discussão. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Economia. Florianópolis, 2001.

- MIOR, L.C. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural. Chapecó: Argos, 2005.
- MIRA, M. A. F. B. A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX. IN MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. A Realidade Catarinense no século XX. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.
- MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.
- MUÑOZ, F.P.; ALVES, P. ASSUMPCÃO. Análise do Dinamismo Demográfico Recente de Santa Catarina. PNUD. Relatório de Pesquisa, 2005
- PIAZZA, L. C. PRONAF, Agricultura Familiar e Sustentabilidade Econômica em Santa Catarina: uma análise das condições e limites do financiamento agrícola. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFSC, 2002.
- PRADO JR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.
- RODOLFO, Fabiano. Agricultura familiar e migrações na microrregião do tabuleiro (1980-2000). Florianópolis, 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.
- SARTORIS, A.; SOUZA, J. M. Interações entre Economia e Demografia: As previsões da Teoria e o Caso Brasileiro. I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Caxambu, 2004.
- SHMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In PAULO, M.I.S.; SHMIDT, W. (org.). Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- SHNEIDER, F.; CAZELLA, A.A.; MATTEI, L.F. História, Caracterização e Dinâmica recente do PRONAF. In SHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. Organizadores. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. Organizadores. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SILVESTRO, M. L. Transformações da Agricultura Familiar e Estratégias de Produção: o caso do Oeste catarinense. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2005, 349 p.
- SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.
- SINGER, P. Economia Política da Urbanização, 14^a. Edição. São Paulo, Contexto, 1998, 155pg.
- SJAASTAD, L. A. Os Custos e Retornos da Migração. MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.
- STROPOSALAS, V. M. O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002
- TESTA, V. M. et all. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão). Florianópolis, EPAGRI, 1996.
- TODARO, M. P. A Migração de Mão-de-obra e o Desemprego Urbano em países subdesenvolvidos. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.